

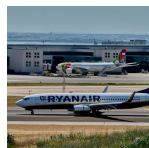
PROJETOS EXPRESSO

Políticas europeias são essenciais para construir um futuro mais saudável

31 MARÇO 2022 20:26

Francisco de Almeida Fernandes

ÚLTIMAS



Ryanair com esperança em 'slots' a concurso para aumentar presença em Lisboa



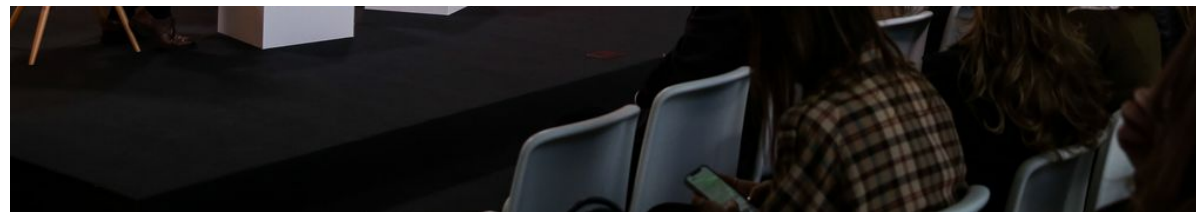
Ryanair diz que aumento de preços dos bilhetes “é inevitável”



Lojas grossistas limitam número de unidades de farinha e óleo que podem ser compradas por cliente



Os Foo Fighters não vão tocar nos Grammys devido à morte de Taylor Hawkins



O painel de debate, moderado pelo jornalista da SIC João Moleira (à esquerda), contou com a participação de Susana Lopes Silva (GPIP), de Paulo Gonçalves (RD-Portugal) e ainda, por videochamada, de Rui Henrique (IPO Porto) Nuno Fox



Desde o financiamento de programas de investigação, à definição de estratégias comuns para o combate ao cancro,

ASSINAR



passando pelas imunodeficiências ou patologias raras, a União Europeia terá, cada vez mais, um papel indispensável. Esta foi uma das grandes conclusões do evento Construir Saúde com Futuro, promovido pela Takeda e a que o Expresso se associou esta tarde



31 MARÇO 2022 20:26

Francisco de Almeida Fernandes

Embora os Estados-membros da União Europeia (UE) tenham autonomia nas políticas de saúde, a tendência dos últimos anos – acelerada pela pandemia – mostra que os 27 caminham, cada vez mais, de mãos dadas também neste sector. O “futuro da saúde é em parceria” e é fundamental, considera a eurodeputada Maria da Graça Carvalho, “juntar esforços a nível europeu”. Só assim, acredita, será possível diminuir a incidência de doenças oncológicas e encontrar novos caminhos terapêuticos para as patologias raras e imunodeficiências.

O Plano Europeu de Combate ao Cancro, apresentado pela Comissão Europeia em fevereiro do ano passado, foi um dos exemplos mais citados durante o evento Construir Saúde com Futuro, promovido esta quinta-feira pela Takeda, com apoio do Expresso. Este conjunto de estratégias para o aumento da prevenção, do diagnóstico precoce e da melhoria dos tratamentos terá, muito em breve, réplica em território nacional com a nova versão do plano nacional para as doenças oncológicas. Aliás, as suas linhas gerais foram hoje apresentadas por Isabel Fernandes, da Direção Geral da Saúde (DGS), assim como o seu alinhamento com os objetivos comunitários.

Por outro lado, o aumento dos projetos de investigação científica e biomédica dirigidos a doenças raras e ligadas à imunodeficiência devem, acreditam os especialistas, ser uma prioridade. À disposição de Portugal, e dos restantes Estados-membros, existem mecanismos europeus com milhares de milhões de euros que devem ser canalizados para estas maleitas, que, apesar de afetarem relativamente poucos cidadãos na Europa, continuam, em muitos casos, sem opções terapêuticas. Conheça as principais conclusões da conferência.



Isabel Fernandes, da DGS, apresentou esta tarde as linhas gerais da nova estratégia nacional para o combate ao cancro, em linha com o plano europeu aprovado há um ano pela Comissão Europeia Nuno Fox

AUMENTAR A COLABORAÇÃO EUROPEIA

- Unir esforços para a investigação ligada às doenças oncológicas, raras e de imunodeficiência é prioritário, sublinharam os participantes nesta conferência. “Julgo que Portugal fez um caminho muito importante [na oncologia] e mostra que tem capacidade de partilhar com os outros a sua

experiência”, acredita Rui Henrique, presidente do IPO do Porto.

- Apesar desta ser uma área com visibilidade pública e, por consequência, com elevada importância junto do poder político, os atrasos nos diagnósticos causados pela pandemia e as novas tecnologias de saúde ditam, afirma Isabel Fernandes, que haverá “um aumento cada vez maior do número de doentes” com cancro.
- É, por isso, essencial alinhar a estratégia nacional agora apresentada – e que deverá ser conhecida em detalhe muito em breve – com as orientações europeias e garantir, sobretudo, a aplicação das recomendações do novo plano português. Este documento visa definir a atuação do país até 2030.
- Porém, quer para a investigação quer para o cumprimento dos objetivos, será prioritário garantir, entre outras medidas, a partilha de dados em saúde no espaço comunitário. Maria da Graça Carvalho lembrou que esta é “uma das prioridades da Comissão Europeia” e que já está em curso através da criação de legislação no Parlamento Europeu.

MAIS ATENÇÃO ÀS DOENÇAS RARAS

- Os avanços significativos, nas últimas duas décadas, na legislação europeia para os medicamentos órfãos devem ser valorizados, considerou Carla Benedito. A diretora-geral da

Takeda saudou, igualmente, o “incremento dos ensaios clínicos na ordem dos 90%” na área das doenças raras.

- Ainda que o número de medicamentos e terapêuticas para estes doentes tenha vindo a aumentar – existem, atualmente, cerca de duas centenas na UE -, 95% das patologias raras continua sem tratamento disponível.
- Mas nem tudo são boas notícias, considera Paulo Gonçalves, presidente da RD-Portugal, que teme que possa haver um abrandamento da prioridade atribuída a estas doenças. “Precisamos de diagnósticos mais curtos e de ter as pessoas que vivem com a doença a fazer parte das políticas”, afirma.
- Situação semelhante acontece nas imunodeficiências, que afetam menos de 1000 pessoas em Portugal, mas cuja qualidade de vida depende de uma melhor estratégia nacional para o aproveitamento do plasma. “A nossa insistência tem sido para se aproveitar a dádiva [de sangue e o seu plasma]”, aponta Susana Lopes Silva, do Grupo Português de Imunodeficiências Primárias.

